

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

Ata da Reunião Ordinária de Dezembro.

No sétimo dia do mês de Dezembro de 2021 às 09:00, por meio de *webconferência*, conforme as normas estabelecidas em virtude à pandemia do COVID-19, através do link conferencia.pr.gov.br/CPICT deu-se início na Cerimônia da Posse dos (as) novos (as) conselheiros (as), Biênio 2021/2023 e a Reunião Extraordinária do mês de Outubro. Fizeram-se presentes à reunião do **Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – CPICT**, os seguintes Conselheiros (as) e Convidados (as): **Conselheiros Governamentais:** Ana Felícia Bodstein de Freitas (SEJUF/DEDIF), Dineia Alves de Freitas (SETI), Ellen Cunha do Nascimento (SECC), Margit Hauer (SEDEST), André Luiz Sérgio (SEIL), Alberto Marsicano Junior (Casa Civil) **Conselheiros Sociedade Civil:** Ana Maria Dos Santos (Benzedeiras e Benzedores, Dimas Gusso (Faxinalenses do Estado do Paraná), Misael Jefferson Nobre (Ilhéus do Estado do Paraná), Zuleide dos Santos (Caiçaras do Estado do Paraná), Suely Alípio dos Santos (Cipozeiras e Cipozeiros), Antonio Alves Pereira (Ciganos), Robson Borges Arantes (Religiões de Matriz Africana), Adnã Chagas das Dores (Pescadores e Pescadoras Artesanais), Guilherme Vitorino. **Colaboradores:** Jane Vasques (DEDIF/SEJUF), Graziella Molina (SEJUF/DEDIF), Ana Carolina Brolo de Almeida (MPPR), Luiz Faraco (ICMBIO), Antonio V. Barbosa de Almeida (DPE), Izabela Nogueira (Terra de Direitos), Jorge da Silva França. **1. Apreciação e Aprovação da Pauta:** Inicialmente, a Secretária Executiva, Jane cumprimentou os conselheiros e verificando que ainda não havia quórum para iniciar a reunião, solicitou que aguardassem alguns minutos, informou também que foi enviado a pauta por *e-mail* e *whatsapp* para todos. Após alguns minutos, a secretária-executiva verificou o quórum necessário e deu-se início a reunião ordinária do conselho. O conselheiro Dimas solicitou uma inclusão de pauta sobre a forma de atuação da Força Verde no litoral, todos concordaram. Didi (MOPEAR) solicitou a inclusão de pauta sobre energia elétrica nas comunidades do litoral, contudo o conselheiro Alberto informou que essa pauta já foi apreciada em reunião anterior, ficando como encaminhamento, o envio de ofício a companhia de abastecimento de energia. Misael falou que a pauta solicitada por Didi é uma luta antiga dos Ilhéus, e que seria interessante fazer a solicitação da população litorânea e reforçar o pedido das placas de energia solar para os Ilhéus. A secretaria-executiva Jane informou que a pauta está extensa e se poderia ficar como ponto para a próxima reunião, todos concordaram e a pauta foi aprovada por unanimidade. **2. Aprovação da Ata:** Jane informou que foi encaminhada a Ata para todos os conselheiros e não houve manifestação sobre alteração, dessa forma foi colocada para aprovação, todos aprovaram. **3. Relato das Comissões:** a conselheira Ana Felícia informou que ainda não ocorreram as reuniões das comissões, não havendo relato. **4. Formação EAD de PICTs:** o

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

conselheiro Alberto informou que durante as viagens realizadas às comunidades indígenas e tradicionais, verificou-se a demanda sobre a formação dessa população, diante disso, propôs que o conselho encaminhe ofício a SETI, solicitando informações sobre a existência ou não de programas de graduação, pós-graduação e cursos tecnológicos para PICTS, e também realizar proposta de parceria, objetivando a criação de cursos EAD para a população PICT, que contemplem as vocações regionais. Alberto informou ainda que já houve uma primeira reunião com o Prof. Aldo da SETI. Proposta aprovada. **5. Portaria 241 que Permite os PICTs Explorar os Produtos não Madeiráveis, Discutir a sua Implantação juntos aos PICTs:** Misael comunicou que a Portaria 241 dificulta a atividade do extrativismo de Ginseng, sendo necessário encontrar uma maneira mais ágil para continuar a prática da atividade sem prejudicar as famílias que dependem dela. Margit pediu a palavra e realizou uma apresentação sobre a Portaria 241 – 27/07/2021 e sua aplicação. Luiz Faraco disse que não há necessidade do Plano de Manejo estar concluído, que pode-se realizar um acordo antes do Plano. Misael propõe criar um GT com o ICMBIO e o IAT para fazer o acordo. André falou para convidar o Instituto Chico Mendes (Umuarama), Escritório Regional de Paranaíba, APA das Ilhas Grandes para compor o GT, passou ainda dois links para serem apresentados a APA das Ilhas Grandes: <https://oeco.org.br/reportagens/icmbio-passa-a-aceitar-permanencia-de-tradicionais-em-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral/> e <https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2021/11/despacho-aprovacao-populacoes-tradicionais.pdf>. **6. Denúncia: O ICMBIO Voltou a Multar os Ilhéus do Rio Paraná por fazerem pequenas construções, lavoura de subsistência em suas áreas:** Misael declarou que o novo chefe do ICMBIO de Umuarama, esta aplicando multas as famílias dos Ilhéus que criaram uma roça pequena (40mts x 100mts), alegando que impede a regeneração da mata nativa, contudo Misael alega que a área utilizada para o plantio, trata-se de uma área de capim, e que realizam o plantio de subsistência e sustentável sem prejudicar o meio ambiente. Misael informou que houve o caso de outro Ilhéu que foi multado por derrubar uma árvore que já estava seca e no quintal da sua residência, e a justificativa da multa foi a mesma sobre o impedimento da regeneração da mata nativa. Misael solicitou que o conselho entre em contato com o ICMBIO para que o mesmo instrua o chefe de Umuarama bem como o pessoal que trabalha lá na “ponta”, para que tenham um pouco mais de consideração e respeito pelas práticas tradicionais dos Ilhéus, sendo que essas estão na própria Constituição Federal. Misael solicita ainda que seja reestabelecida a forma de convívio que vinha ocorrendo anteriormente, pois as multas são uma forma de pressionar o povo Ilhéu, e dificulta o retorno de alguns Ilhéus para o território pois estão se sentindo perseguidos. Misael disse já estão em conversa com a DPU. Ana Felícia falou que vai agendar reunião

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

com o chefe do ICMBIO e com o Luiz Faraco – representante da instituição que participa no conselho, para dar mais celeridade ao diálogo. Ficou como sugestão de encaminhamento oficial o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), bem como o Instituto Água e Terra (IAT) sobre a situação dos Ilhéus, a proposta foi aprovada.

7. Plano Estadual de Políticas Públicas para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: A conselheira Ana Felícia solicitou a retomada das ações em relação ao Plano Estadual, propondo a criação de Comissão responsável pela elaboração das ações para posterior encaminhamento a cada uma das comissões específicas do conselho, desta forma, trata-se da criação de uma comissão temporária do Plano. Margit falou para retomar o que já havia sido tratado na Conferência, e ficou combinado das conselheiras Margit e Ana Felícia serem titulares na retomada do desenvolvimento do Plano, verificando onde parou, quem eram os responsáveis pela elaboração e reiniciar o processo.

8. Considerações para Análise do CAR PCTs - Eng^a Agr^a Dr^a Margit Hauer – IAT; não validar o Cadastro Ambiental Rural - CAR de proprietários individuais que estejam sobre territórios tradicionais, até que o problema de posse/domínio se resolva. Margit informou que muitos faxinalenses já haviam feito o CAR individualmente, e depois ele passou a integrar a lista dos PCTS, então um ponto seria pedir que todas as comunidades e conselheiros vejam com seus segmentos se tem mais problemas, divulguem, que se reconheçam como membros daquele território que são comunidades tradicionais, para verificar se eles estão fazendo parte da lista daquele território. Quando é para comunidade tradicional, todas as famílias são listadas no CAR. Assim, é um processo de divulgação mesmo, para que eles venham a fazer parte e por outro lado esse processo/pedido para que não tenha validação o CAR de proprietários individuais que estão sobre os territórios tradicionais e solicitar que a situação seja regularizada. O mais importante é que as comunidades estejam alertas, pois este reconhecimento é um processo jurídico proveniente da luta das comunidades. A conselheira Zuleide informou que estão entrando muitas pessoas da cidade nas comunidades, então questionou se essas pessoas podem se cadastrarem no CAR, pois possuem casa lá na comunidade. Margit disse que comunidade tradicional tem que ser tradicional, quem se reconhece como tradicional é ela mesma. Zuleide declara que conhece vários moradores que são da cidade e que estão com casas na comunidade e fazem o cadastro para obterem as vantagens e benefício dos povos tradicionais, e isso não é válido. Margit enfatiza que a comunidade deve estar bem organizada para não deixar que pessoas que não são tradicionais, se passem por povos tradicionais, informou ainda que talvez um possível encaminhamento seria verificar essa situação junto ao Escritório Regional, ou então ficar de cada comunidade verificar junto ao ER como esta a situação do CAR. Sobre a questão do turismo na comunidade, Zuleide informa que eles já possuem uma rede “Rede Caiçara de

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

Turismo Comunitário”, a qual é composta por cinco comunidades. Zuleide falou ainda que foi bem interessante, pois já ganharam muitos benefícios, equipamentos, só que não prosseguiu por falta de apoio do poder público. A conselheira Margit recomendou que a secretaria-executiva poderia fortalecer a decisão de parar o processo do CAR, verificando o apoio do Ministério Público e Defensoria no tocante do reconhecimento dos territórios. O IAT trabalha com a questão ambiental, e na questão de terras, trabalho com o que é “Terra Pública”, e muitas comunidades tradicionais estão sobre terras particulares, assim, Margit faz um alerta para que esse processo de reconhecimento seja trabalhado/pensado e que também que as lideranças das comunidades verifiquem se todos estão incluídos nas listas do CAR. A secretaria-executiva Jane, informou que fará o encaminhamento ao Ministério e IAT para parar o processo do CAR, e Margit se dispôs a colaborar na elaboração do ofício. Jane prossegue com a reunião informando que os pontos de pauta: **9. Esclarecimentos e Formação a Respeito dos Recursos da Cultura (Aldir Bland) e Povos Tradicionais; 10. Esclarecimentos e Formação a Respeito dos Recursos da Assistência Destinados Gênero e Povos Tradicionais; 11. Processo de Tombamento da Cabana Pai Tome e Mãe Rosaria; 12. Esclarecimento e Encaminhamento a Respeito da Lei Paulo Gustavo – Cultura**, foram pontos de pauta solicitados pelo presidente Robson, e que por dificuldades técnicas não está conseguindo participar da reunião, e por isso solicitou que fossem transferidos para a próxima reunião, e todos aprovaram. Jane continuou com a inclusão de pauta solicitada pelo conselheiro Dimas **13. Atuação da Força Verde**: o conselheiro Dimas informou que a Força Verde tem atuado de forma agressiva na região faxinalense e propôs que o conselho convide a Força Verde, ICMBIO e IAT para a reunião de fevereiro, para um diálogo sobre essa situação, todos aprovaram. **14. Encerramento**: Por fim, após dificuldades com a conexão de internet, a Secretária Executiva Jane, agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a Reunião Extraordinária do CPECT do mês de Dezembro. A presente ata foi lavrada pelo residente técnica Graziella Molina e revisada pela secretaria executiva Jane Vasques.